

ORÇAMENTO DE SUBSÍDIOS *DA UNIÃO 2024*

9ª Edição

Brasília | 19/08/2025



2024

Orçamento de Subsídios da União



SECRETARIA DE
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS E
ASSUNTOS ECONÔMICOS

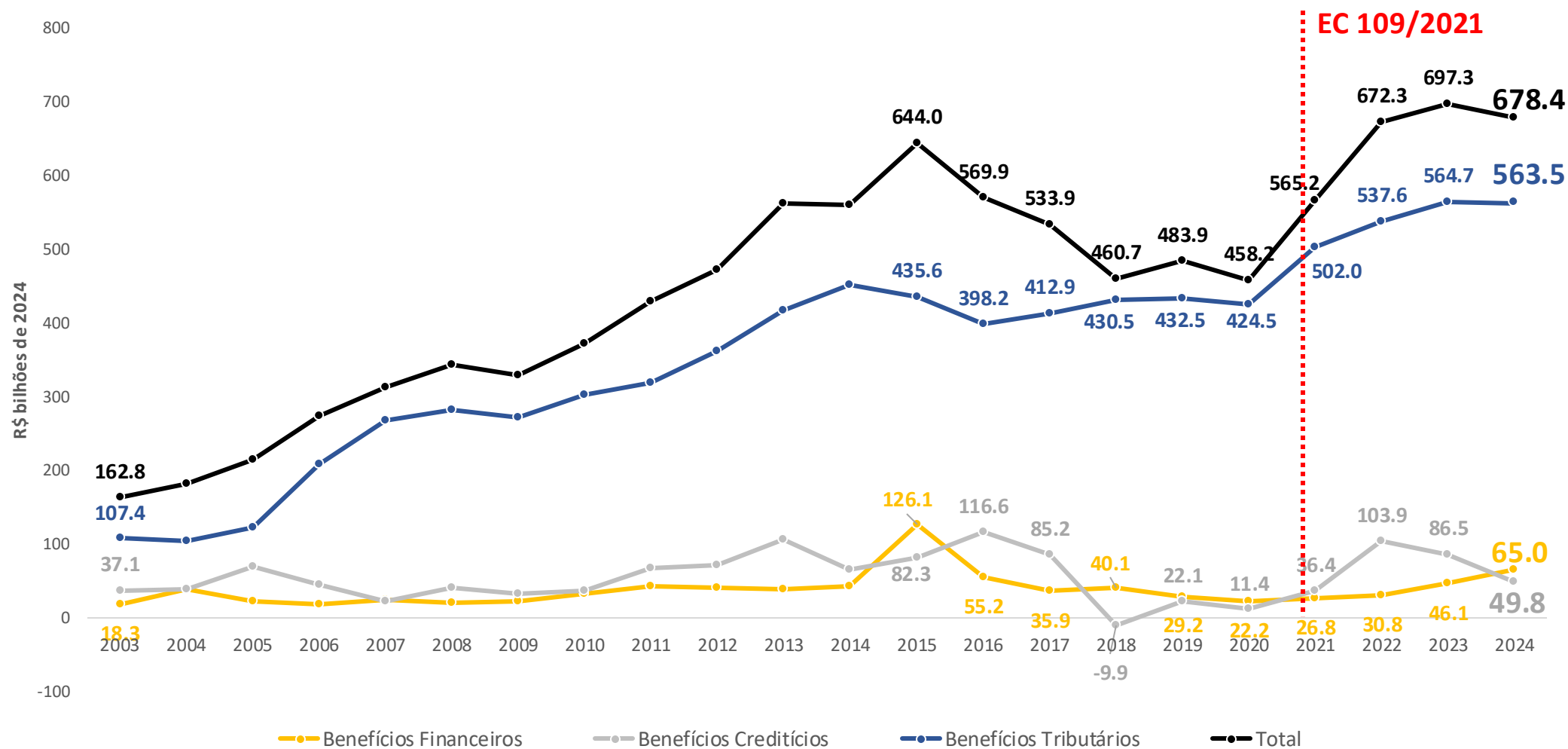
MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

O Panorama dos subsídios da União

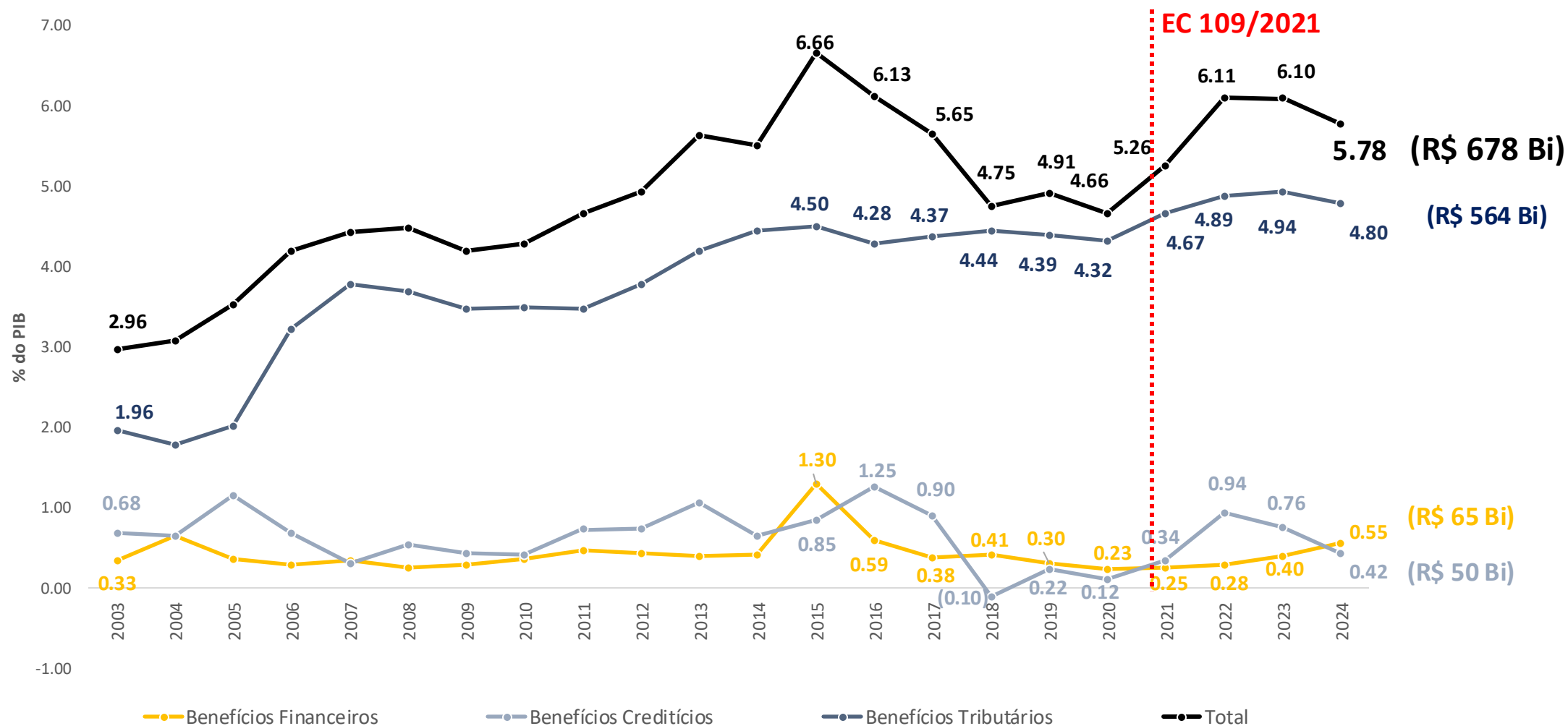


Total de subsídios atingiu R\$ 678 bilhões em 2024





Total de subsídios atingiu 5,78% do PIB em 2024





As principais Variações de 2024



Principais Benefícios Tributários

Categoria teve **expansão percentual nominal de 4,1% em 2024 em relação a 2023 equivalente a R\$ 22,4 bilhões**

Subsídios Tributários	% do Subsídios ¹		R\$ Bilhões ²		
	2023	2024	2023	2024	Variação
SIMPLES Nacional	16,3%	17,4%	109,0	118,2	9,2
Agricultura e Agroindústria	10,6%	11,4%	70,8	77,2	6,4
Rendimentos Isentos e Não Tributáveis - IRPF	7,7%	8,5%	51,6	57,7	6,1
Entidades Sem Fins Lucrativos - Imunes/Isentas	6,0%	6,5%	39,9	43,8	3,8
Deduções do Rendimento Tributável - IRPF	5,1%	5,6%	34,2	38,3	4,1
Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio	3,7%	4,1%	24,9	27,6	2,6
Desenvolvimento Regional	3,3%	3,5%	21,9	23,6	1,7
Poupança e Títulos de Crédito	3,5%	3,4%	23,2	23,3	0,1
Benefícios do Trabalhador	2,8%	3,0%	18,7	20,2	1,5

(Continua na próxima página)

Fonte: SMA/MPO. Elaboração SMA/MPO
Notas: ¹ Valores percentuais em relação ao total de subsídios da União. ² Valores correntes.



Outros Benefícios Tributários

*Destaque para **eliminação do Benefício Tributário dos Combustíveis (R\$ 31,2 bilhões em 2023).***

*Sem a eliminação dos combustíveis, o aumento dos benefícios tributários teria sido de **R\$ 53,6 bilhões.***

Subsídios Tributários	% do Subsídios ¹		R\$ Bilhões ²		
	2023	2024	2023	2024	Variação
Medicamentos, Produtos Farmacêuticos e Equipamentos Médicos	2,7%	2,9%	18,0	19,5	1,4
PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos	2,3%	2,6%	15,6	17,7	2,1
Desoneração da Folha de Salários	2,4%	2,3%	16,1	15,8	-0,3
Desoneração da Folha dos Municípios	0,0%	1,6%	0,0	10,6	10,6
Pesquisas Científicas e Inovação Tecnológica	1,3%	1,4%	8,5	9,2	0,7
MEI - Microempreendedor Individual	1,1%	1,2%	7,3	8,2	0,9
Financiamentos Habitacionais	0,9%	1,0%	6,0	6,5	0,5
Informática e Automação	0,9%	0,9%	5,9	6,4	0,5
Setor Automotivo	1,0%	0,8%	6,7	5,5	-1,1
Programa MOVER	0,6%	0,7%	4,1	4,4	0,3
Combustíveis	4,7%	0,0%	31,2	0,0	-31,2
Outros Benefícios Tributários	4,1%	4,4%	27,4	30,0	2,6
Total Benefícios Tributários	81,0%	83,1%	541,1	563,5	22,4

Fonte: SMA/MPO. Elaboração SMA/MPO ; Notas: ¹ Valores percentuais em relação ao total de subsídios da União. ² Valores correntes.



Emenda Constitucional nº 109/2021

Art. 4º O Presidente da República deve encaminhar ao Congresso Nacional, em até 6 (seis) meses após a promulgação desta Emenda Constitucional, plano de redução gradual de incentivos e benefícios federais de natureza tributária, acompanhado das correspondentes proposições legislativas e das estimativas dos respectivos impactos orçamentários e financeiros.

§ 1º As proposições legislativas a que se refere o **caput** devem propiciar, em conjunto, redução do montante total dos incentivos e benefícios referidos no **caput** deste artigo:

I - para o exercício em que forem encaminhadas, de pelo menos 10% (dez por cento), em termos anualizados, em relação aos incentivos e benefícios vigentes por ocasião da promulgação desta Emenda Constitucional;

II - de modo que esse montante, no prazo de até 8 (oito) anos, não ultrapasse 2% (dois por cento) do produto interno bruto.



Benefícios Tributários

Exceções do limite de 2029 previsto pela Constituição Federal contemplam

R\$ 297 bilhões ou 52,7% dos benefícios tributários

Subsídios Tributários	% do Total ¹	R\$ Bilhões ²	% PIB
Exceções EC 109/2021 – Art. 4º, §2º	52,7%	296,7	2,5%
Passíveis de limitação	47,3%	266,8	2,3%
Total Benefícios Tributários	100%	563,5	4,8%

Necessidade de redução de cerca de **R\$ 31,9 bilhões (0,3% do PIB)** para enquadramento no limite de 2% do PIB.



Ficaríamos com **4,5% do PIB** de benefícios tributários.

Fonte: SMA/MPO. Elaboração SMA/MPO

Notas: ¹ em relação ao total de benefícios tributários. ² em valor nominal, considerando Simples Nacional, Agricultura e Agroindústria, Entidades sem fins lucrativos, Zona Franca de Manaus e Desenvolvimento Regional, de acordo com o §2º do art. 4º da EC nº 109/2021.



Benefícios Tributários

Exceções do limite de 2029 previsto pela Constituição Federal contemplam

R\$ 297 bilhões ou 52,7% dos benefícios tributários

Especificação	% do Total 2024	2024	Exceção EC 109? ¹
Benefícios Tributários	100,0%	563,5	
SIMPLES Nacional	21,0%	118,2	Sim
Agricultura e Agroindústria	13,7%	77,2	Parcialmente
Entidades Sem Fins Lucrativos - Imunes / Isentas	7,8%	43,8	Sim
Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio	4,9%	27,6	Sim
Desenvolvimento Regional	4,2%	23,6	Sim
Informática e Automação	1,1%	6,4	Possível
Soma das exceções	52,7%	296,7	

Fonte: SMA/MPO. Elaboração SMA/MPO

Notas: ¹Exceções previstas pela EC 109/2021, Art. 4º, §2º



Benefícios Tributários

Passíveis do limite de 2029 previsto pela Constituição Federal contemplam

R\$ 267 bilhões ou 47,3% dos benefícios tributários

Especificação	% do Total 2024	2024	Exceção EC 109? ¹
Benefícios Tributários	100,0%	563,5	
Rendimentos Isentos e Não Tributáveis - IRPF	10,2%	57,7	Não
Deduções do Rendimento Tributável - IRPF	6,8%	38,3	Não
Poupança e Títulos de Crédito - Setor Imobiliário e do Agronegócio	4,1%	23,3	Não
Benefícios do Trabalhador	3,6%	20,2	Não
Medicamentos, Produtos Farmacêuticos e Equipamentos Médicos	3,5%	19,5	Não
PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos	3,1%	17,7	Não
Desoneração da Folha de Salários	2,8%	15,8	Não
Desoneração da Folha dos Municípios	1,9%	10,6	Não
Pesquisas Científicas e Inovação Tecnológica	1,6%	9,2	Não
MEI - Microempreendedor Individual	1,5%	8,2	Não
Financiamentos Habitacionais	1,1%	6,5	Não
Setor Automotivo	1,0%	5,5	Não
Programa MOVER	0,8%	4,4	Não
Outros Benefícios Tributários	5,3%	30,0	Não
Soma das passíveis de limitação	47,3%	266,8	

Fonte: SMA/MPO. Elaboração SMA/MPO

Notas: ¹Exceções previstas pela EC 109/2021, Art. 4º, §2º



Principais Benefícios Financeiros

Categoria teve **expansão nominal de R\$ 20,9 bilhões em 2024**

Subsídios Financeiros	% do Subsídios ¹		R\$ Bilhões ²		
	2023	2024	2023	2024	Variação
Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS)	2,2%	4,9%	14,7	33,0	18,3
Minha Casa, Minha Vida	1,4%	1,9%	9,3	12,9	3,6
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse Baixa Renda (TSEE)	0,9%	0,9%	5,8	6,4	0,6
PRONAF (Equalização)	0,9%	0,7%	5,8	5,0	-0,7
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	0,5%	0,4%	3,5	2,8	-0,7
FNDCT (Equalizações e Subvenções)	0,1%	0,2%	0,4	1,1	0,7
Outros Benefícios Financeiros	0,7%	0,6%	4,7	3,9	-0,8
Total Benefícios Financeiros	6,6%	9,6%	44,1	65,0	20,9

Fonte: SMA/MPO. Elaboração SMA/MPO
Notas: ¹ Valores percentuais em relação ao total de subsídios da União. ² Valores correntes.



Principais Benefícios Creditícios

*Categoria teve **retração nominal de R\$ 33 bilhões em 2024***

Subsídios Creditícios	% do Subsídios ¹		R\$ Bilhões ²		
	2023	2024	2023	2024	Variação
Fundos Constitucionais de Financiamento (FCF)	3,5%	3,5%	23,2	23,7	0,5
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)	3,2%	3,0%	21,2	20,7	-0,5
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	2,7%	1,1%	18,4	7,7	-10,7
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	0,3%	0,4%	2,2	2,7	0,5
FDNE (Financiamento)	0,5%	0,3%	3,2	1,8	-1,4
FDA (Financiamento)	0,1%	0,2%	0,7	1,7	0,9
Empréstimos da União ao BNDES	0,3%	0,2%	2,0	1,0	-1,0
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	1,4%	-1,6%	9,4	-10,9	-20,4
Outros Benefícios Creditícios	0,4%	0,2%	2,5	1,5	-1,1
Total Benefícios Creditícios	12,4%	7,3%	82,8	49,8	-33,0

Fonte: SMA/MPO. Elaboração SMA/MPO

Notas: ¹ Valores percentuais em relação ao total de subsídios da União. ² Valores correntes.

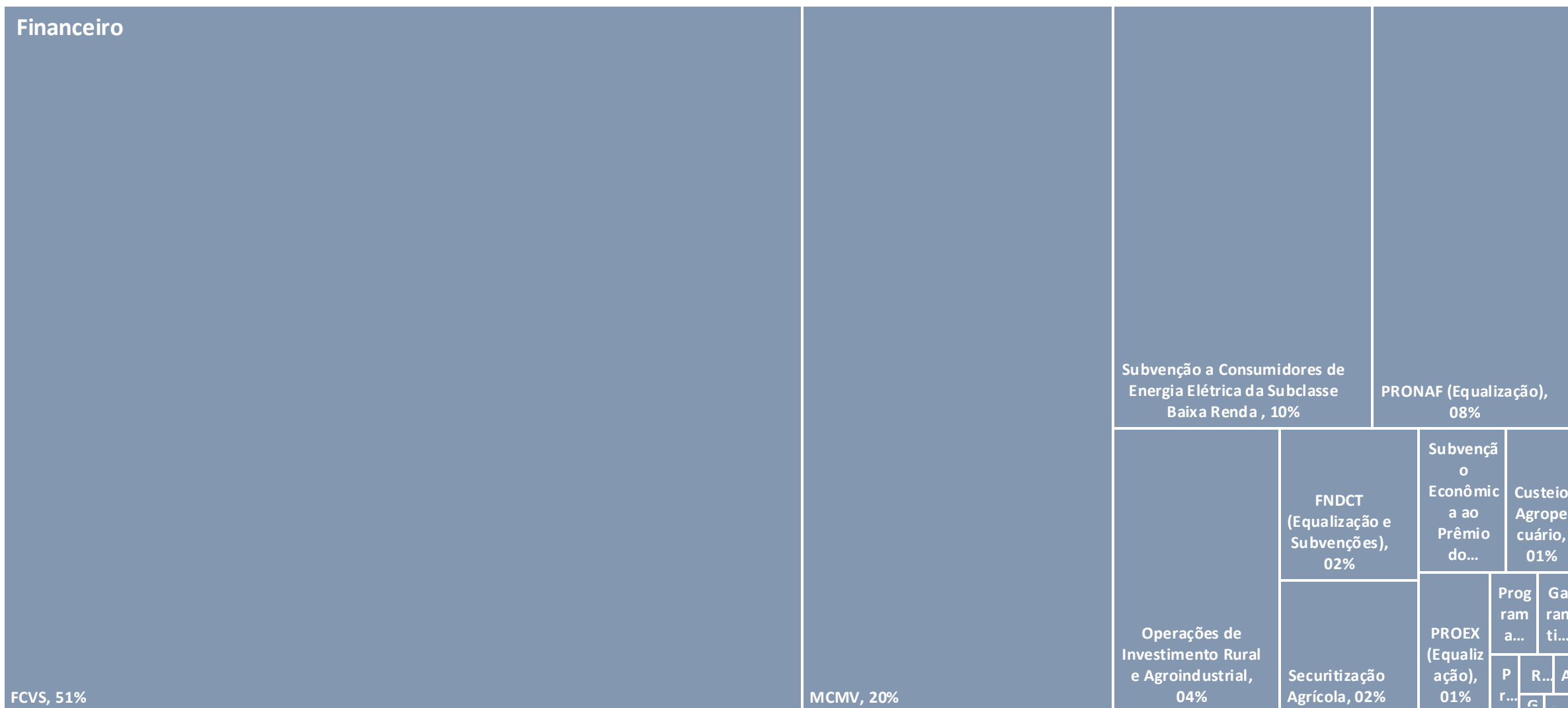
Subsídios tributários seguem predominantes

Eles representam **83%** do total de subsídios em 2024

Tributário			Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio, 05%		Desenvolvimento Regional, 04%		Poupança e Títulos de Crédito - Setor Imobiliário e do Agronegócio , 04%						
			Benefícios do Trabalhador, 04%	PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos, 03%		Desoneração da Folha de Salários, 03%		Desoneração da Folha dos Municípios, 02%					
				Pesquisas Científicas e Inovação Tecnológica, 02%	Financiamentos Habitacionais, 01%	Programa MOVER, 01%	PROUNI , 01%	Cultura e Audi...					
					Informática e Automação, 01%	Embarcações e Aero...	C...	Fundos...	Gás Nat...				
						Livros, 00%	Transp...	RE...	In...	F...			
							Aquis...	I...	S...	D...	Á	M	R
				Medicamentos, Produtos Farmacêuticos e Equipamentos Médicos, 03%	MEI, 01%	Setor Automotivo, 01%	P...	D...	F...	M	R	P	
							P...	D...	F...	M	R	P	P
							P...	D...	F...	M	R	P	P
				SIMPLES Nacional, 21%	Rendimentos Isentos e Não Tributáveis - IRPF, 10%	Deduções do Rendimento Tributável - IRPF, 07%							

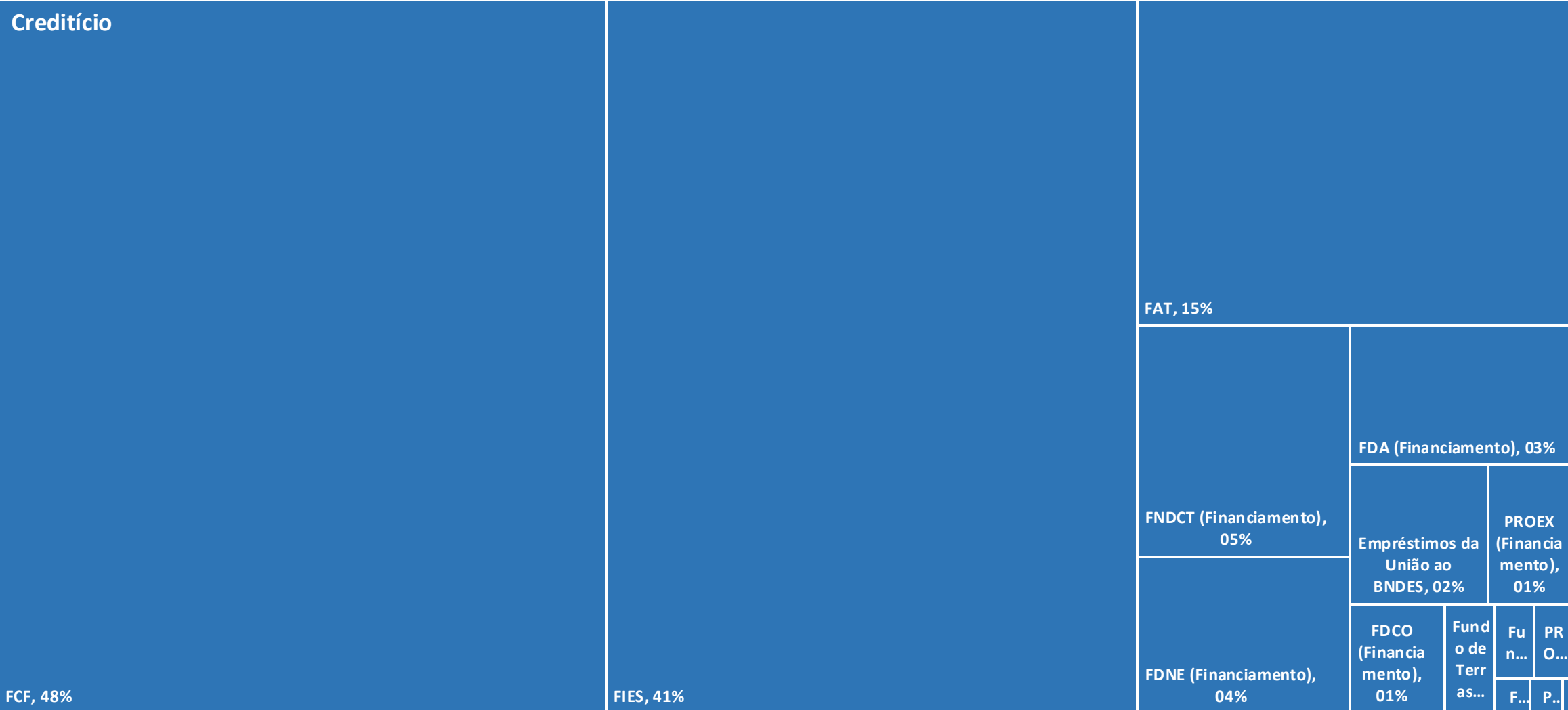


Eles representam 10% do total de subsídios em 2024



Subsídios creditícios são o menor grupo de subsídios em 2024

Eles representam 7% do total de subsídios em 2024



Subsídios tributários seguem predominantes

Eles representam **83%** do total de subsídios em 2024





AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Como é realizada, seus resultados, e o papel do CMAP





O Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP)¹ avalia políticas públicas através dos comitês CMAS (subsídios) e CMAG (gastos diretos). As políticas avaliadas são selecionadas com base no Plano Plurianual e em ações orçamentárias e subsídios.

Até hoje já são **66 avaliações realizadas e 8 em vias de serem finalizadas.**

- 34 das 66 avaliações realizadas **versam sobre subsídios;**

¹Decreto nº 9834/2019 institui o CMAP como conselho.

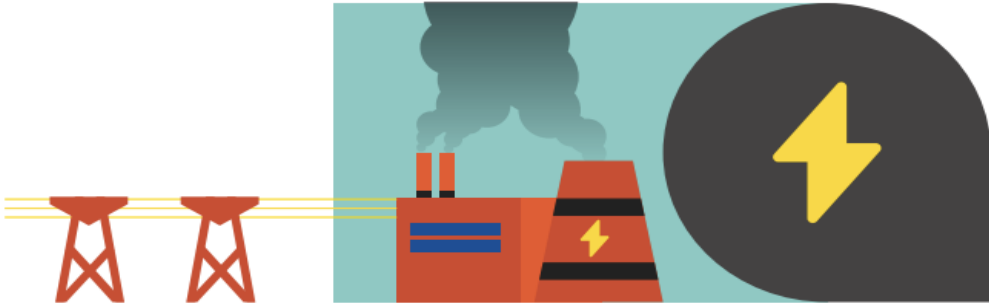


Todas as avaliações do CMAP até 2023, por área

Legenda: ● Subsídios / ■ Gastos diretos

ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL	
Benefícios Previdenciários a Empregados e FAPI	●
Aposentadoria por Moléstia Grave ou Acidente	●
Parcela isenta do IRPF para rendimentos provenientes da aposentadoria ou pensão de declarantes com 65 anos	●
Desoneração de PIS/COFINS sobre os produtos da Cesta Básica	●
Benefícios de Prestação Continuada (BPC)	■
Benefícios Previdenciários Urbanos	■
Programa Bolsa Família (PBF)	■
Judicialização de Benefícios Administrados pelo INSS (previdenciários e assistenciais)	■
SAÚDE	
Política de Subsídios Tributários a Medicamentos	●
Dedução de Despesas Médicas do IRPF	●
Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área da Saúde (CEBAS Saúde)	●
Atenção Primária à Saúde (APS)	■
Componente Especializado de Assistência Farmacêutica (CEAF)	■
Financiamento de Estudos e Pesquisas Científicas, Tecnológicas e de Inovação em Saúde	■
Aquisição de Imunobiológicos, insumos e medicamentos para tratamento dos portadores de HIV/AIDS, IST e Hepatites Virais	■
Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	■
Programa Nacional de Apoio à Formação de Médicos Especialistas em Áreas Estratégicas para o SUS (Pró Residência Médica)	■
Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS)	■
EDUCAÇÃO	
Programa Universidade para Todos - Prouni	●
Dedução de despesas com Educação no IRPF	●
Programa de Financiamento Estudantil (FIES)	●
Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Educação (CEBAS-Educação)	●
Exames e Avaliações da Educação Básica	■
Rede Federal de Universidades (RUF)	■
Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT)	■
Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)	■

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EMPREENDEDORISMO	
Microempreendedor Individual (MEI)	●
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)	●
Simples Nacional	●
INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE	
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	●
Operações de Leasing (Arrendamento) de Aeronaves e Motores	●
Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Manutenção de Rodovias	■
Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF)	■
DEFESA, JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	
Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB)	■
Aprimoramento da Segurança Pública Nacional	■
AGRICULTURA	
Fundo de Terras e Reforma Agrária – FTRA	●
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	●
Programa de Garantia da Atividade Agropecuária e Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PROAGRO e PSR)	●
Defesa Agropecuária	■



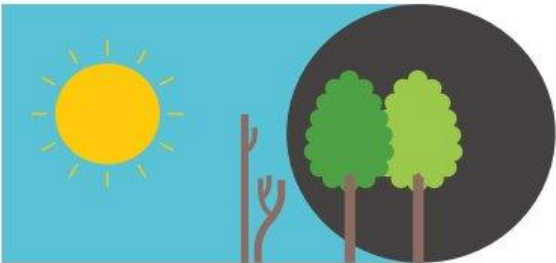


Legenda: ● Subsídios / ■ Gastos diretos

TRABALHO	
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	●
Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER)	●
Abono Salarial	■
Seguro Desemprego	■
Seguro-Defeso	■
COMUNICAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	
Despesas com Pesquisas Científicas e Tecnológicas	●
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	●
Lei da Informática	●
Fomento à P&D e a Projetos Institucionais de C&T	■
Programa Wifi Brasil	■
HABITAÇÃO E SANEAMENTO	
Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)	●
Esgotamento Sanitário em Municípios mais populosos ou RM's ou RIDE's	■
ENERGIA	
Política de Desoneração do Biodiesel	●
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	●
Incentivo à Operação de Usinas Termoeletricas	●
Política Nuclear	■
ESPORTE	
Lei de Incentivo ao Esporte	●



MEIO AMBIENTE	
Política de Prevenção e Combate ao Desmatamento Ilegal	■
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	● ■
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Operação Carro-Pipa	■
DEMAIS ÁREAS	
Programa de Financiamento às Exportações - Proex	●
Subsídio Tributário do Programa Nacional de Apoio à Cultura	●
Empréstimos da União ao BNDES	●
Fundos Constitucionais de Financiamento (FCF)	●
Postos de representação do Brasil no exterior	■





ORÇAMENTO DE SUBSÍDIOS DA UNIÃO 2024

9ª Edição
Brasília | 19/08/2025



Painel Orçamento de Subsídios da União



O Orçamento de Subsídios da União é um conjunto amplo de estatísticas consolidado pela SMA. Essa publicação traz os principais números e destaques associados ao comportamento mais recente dos subsídios. Contudo, maiores detalhes, visualizações e series históricas podem ser consultadas na página da SMA.

SECRETARIA DE
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS
E ASSUNTOS ECONÔMICOS

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



2024

Orçamento de Subsídios da União



SECRETARIA DE
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS E
ASSUNTOS ECONÔMICOS

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Anexos de apoio



Benefícios Tributários

*Categoria teve **expansão percentual nominal de 4,1% em 2024 em relação a 2023***

Dentre os subsídios tributários, merecem destaque:

- *Valor estimado da desoneração da folha dos municípios **foi de R\$ 10,6 bilhões em 2024;***
- *Extinção do benefício tributário dos combustíveis **gerou variação negativa de R\$ 31,2 bilhões***
- *Somadas, os rendimentos isentos e as deduções do IRPF **alcançaram R\$ 96,0 bilhões (contra R\$ 85,8 bilhões um ano antes)***
 - *Avaliações do CMAP* apontaram **que parte expressiva desse subsídio se concentra entre os 10% mais ricos da população.***

* Ver, por exemplo, [CMAP \(2020a\)](#), [CMAP \(2020b\)](#), [CMAP \(2021a\)](#) e [CMAP \(2021b\)](#)



Benefícios Financeiros - FCVS

Expansão foi puxada principalmente pela aceleração de novações contratuais do Fundo de Compensações das Variações Salariais (FCVS) e recomposição do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV):

- *O FCVS foi instituído com o propósito de liquidar saldos devedores residuais ao final do prazo de amortização de contratos firmados com mutuários no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação.*
- *O montante das novações do FCVS **passou de R\$ 14,7 bilhões em 2023 para R\$ 33,0 bilhões em 2024, sendo que o estoque previsto era de R\$ 82,3 bilhões em 31/12/2023, a ser liquidado até o final de 2026.***
- *A elevação da execução de novações decorre da adoção de medidas e esforços operacionais, que resultaram na melhoria da eficiência na instrução processual pela Administradora do FCVS (Caixa Econômica Federal) e na STN com a criação de uma espécie de “rito sumário” para os processos de novação.*
- *A novação é o reconhecimento de um passivo com emissão de títulos CVS com vencimento em 31/12/2026.*



Benefícios Financeiros - MCMV

Expansão foi puxada principalmente pela aceleração de novações contratuais do Fundo de Compensações das Variações Salariais (FCVS) e recomposição do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV):

- *Despesa do MCMV **aumentou de R\$ 9,3 bilhões em 2023 para 12,9 em 2024;***
- *Apoio para **reconstrução de unidades habitacionais destruídas no RS** foi um fator relevante para a expansão do último ano.*
- *Programa já avaliado pelo CMAP em 2021*.*
- *Avaliações já realizadas do MCMV apontaram que o programa é efetivo em **reduzir o percentual de famílias vivendo em situação de déficit habitacional** e que isso **melhora a qualidade de vida dos beneficiários** (aumento no peso de recém-nascidos e redução da mortalidade infantil)*.*

* Ver, por exemplo, [CMAP \(2021\)](#) e [MACHADO e RACHTER \(2020\)](#)



Benefícios Financeiros - Outros

Subvenção a consumidores de energia elétrica da subclasse baixa renda – É o valor pago às distribuidoras de energia elétrica para subsidiar a conta de luz de pessoas que fazem parte do cadastro único.

PRONAF (Equalização) – É o valor pago como equalização pelo Tesouro Nacional para que as taxas de juros de produtores rurais da agricultura familiar fiquem em linha com o determinado no Plano Safra.

Operações de Investimento Rural e Agroindustrial - É o valor pago como equalização pelo Tesouro Nacional para que as taxas de juros de produtores rurais em operações de crédito de investimentos fiquem em linha com o determinado no Plano Safra.

FNDCT (Equalização e Subvenções) - É o valor pago como equalização pela Finep para que as taxas de juros de determinadas operações de crédito do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) sejam baixas para o tomador final. Além disso, inclui subvenções pagas pelo FNDCT com valor não-reembolsável para determinados projetos de pesquisa científica e tecnológica.

Securitização Agrícola – É o valor pago pelo Tesouro Nacional a título de equalização e ressarcimento ao BNDES devido ao alongamento de dívidas de produtores rurais autorizado pela Lei n 9.138/1995



Benefícios Financeiros - Outros

Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) – É o valor pago, que corresponde a um percentual do prêmio das apólice de seguro rural. É semelhante ao PROAGRO, sendo que o PROAGRO é operacionalização pelo Banco Central do Brasil, enquanto o PSR é realizado por companhias seguradoras privadas que exercem o serviço de seguro para os produtores rurais.

Custeio Agropecuário – É o valor pago como equalização pelo Tesouro Nacional para que as taxas de juros de produtores rurais em operações de crédito de custeio fiquem em linha com o determinado no Plano Safra

PROEX (Equalização) – É o valor pago como equalização pelo Tesouro Nacional para que as taxas de juros de operações de financiamento a exportações sejam mais baixas, e próximas das praticadas internacionalmente, para os exportadores.



Benefícios Creditícios

*Categoria teve **retração percentual nominal de 39,9% em 2024***

Dentre os subsídios creditícios, merece destaque **a retração dos valores associados ao FMM**

- > Valor estimado **saiu de R\$ 9,4 bilhões em 2023 para -R\$ 10,9 bilhões em 2024;***
- > Redução explicada pelo efeito de mudanças contábeis*

Subsídios do FAT também se **reduziram em R\$ 10,7 bilhões**

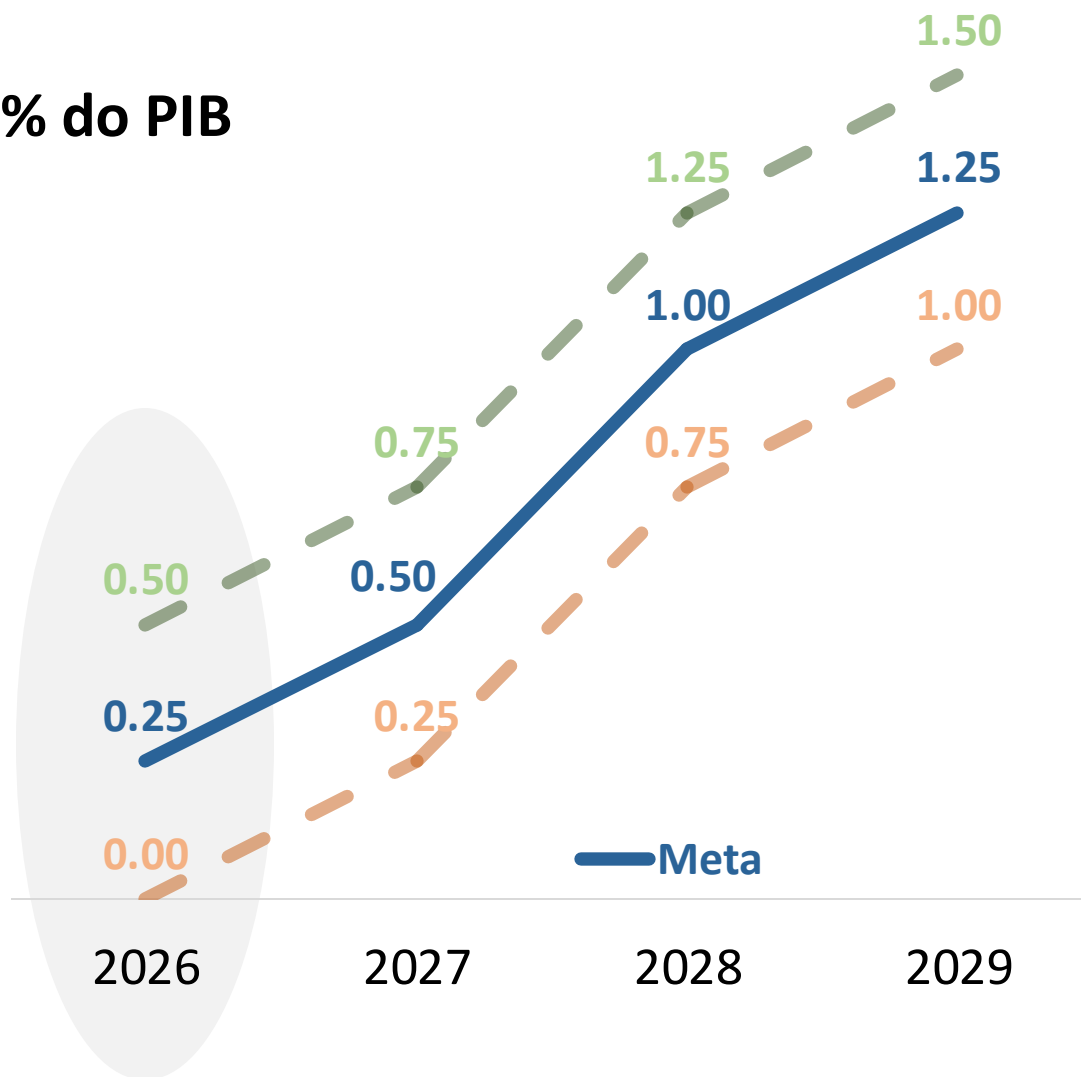
- > Redução do custo médio de emissão associada ao elevado valor de Patrimônio Líquido explicam boa parte dessa redução*

Apesar de não apresentarem variações expressivas, há dois fundos com valor expressivo de benefícios creditícios: os **Fundos Constitucionais (FCF) e o FIES,** com **subsídio de R\$ 23,7 e R\$ 20,7 bilhões,** respectivamente em 2024.

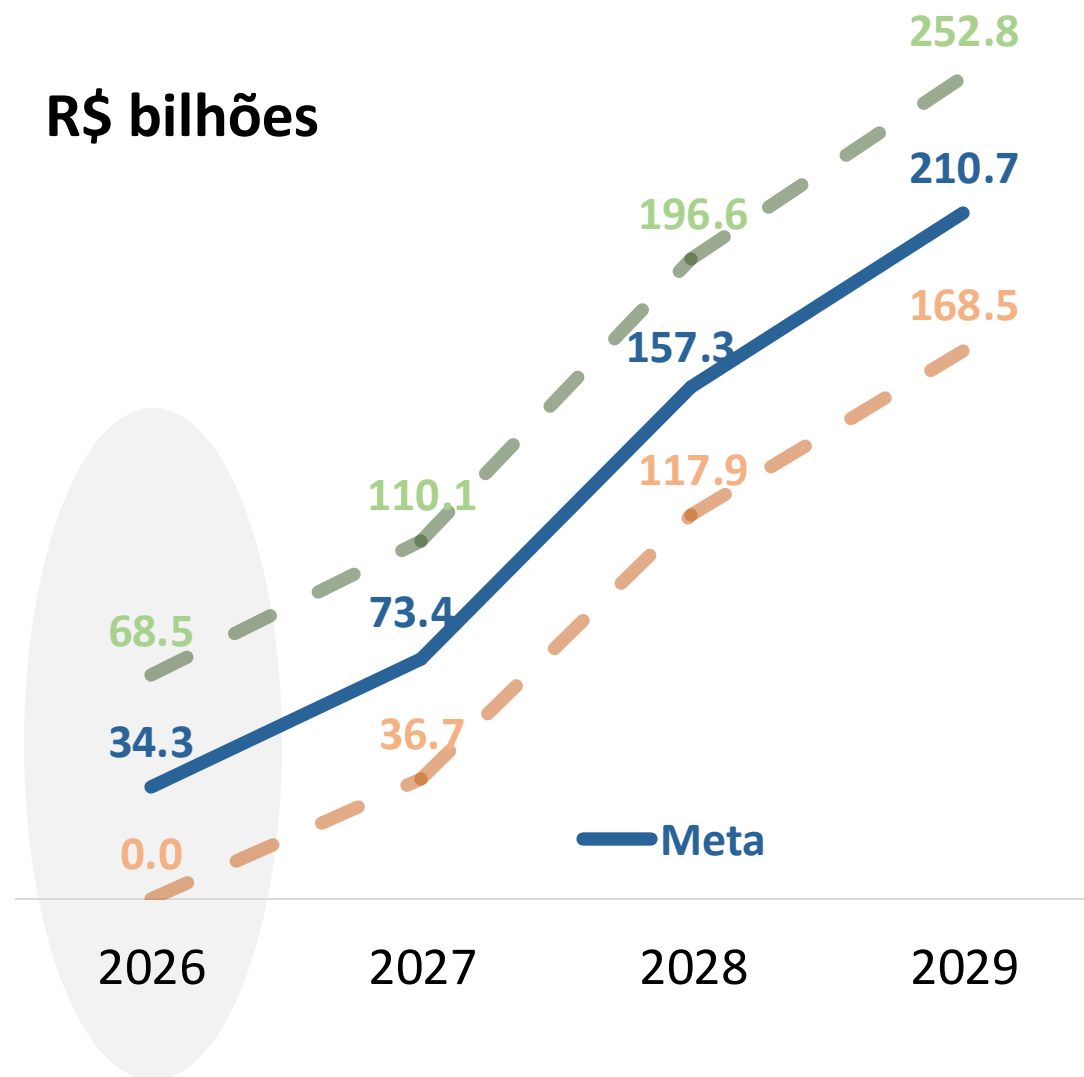
Meta de Resultado Primário

PLDO 2026 manteve as metas aprovadas na LDO 2025 e estabeleceu meta de 1,25% do PIB para 2029

% do PIB



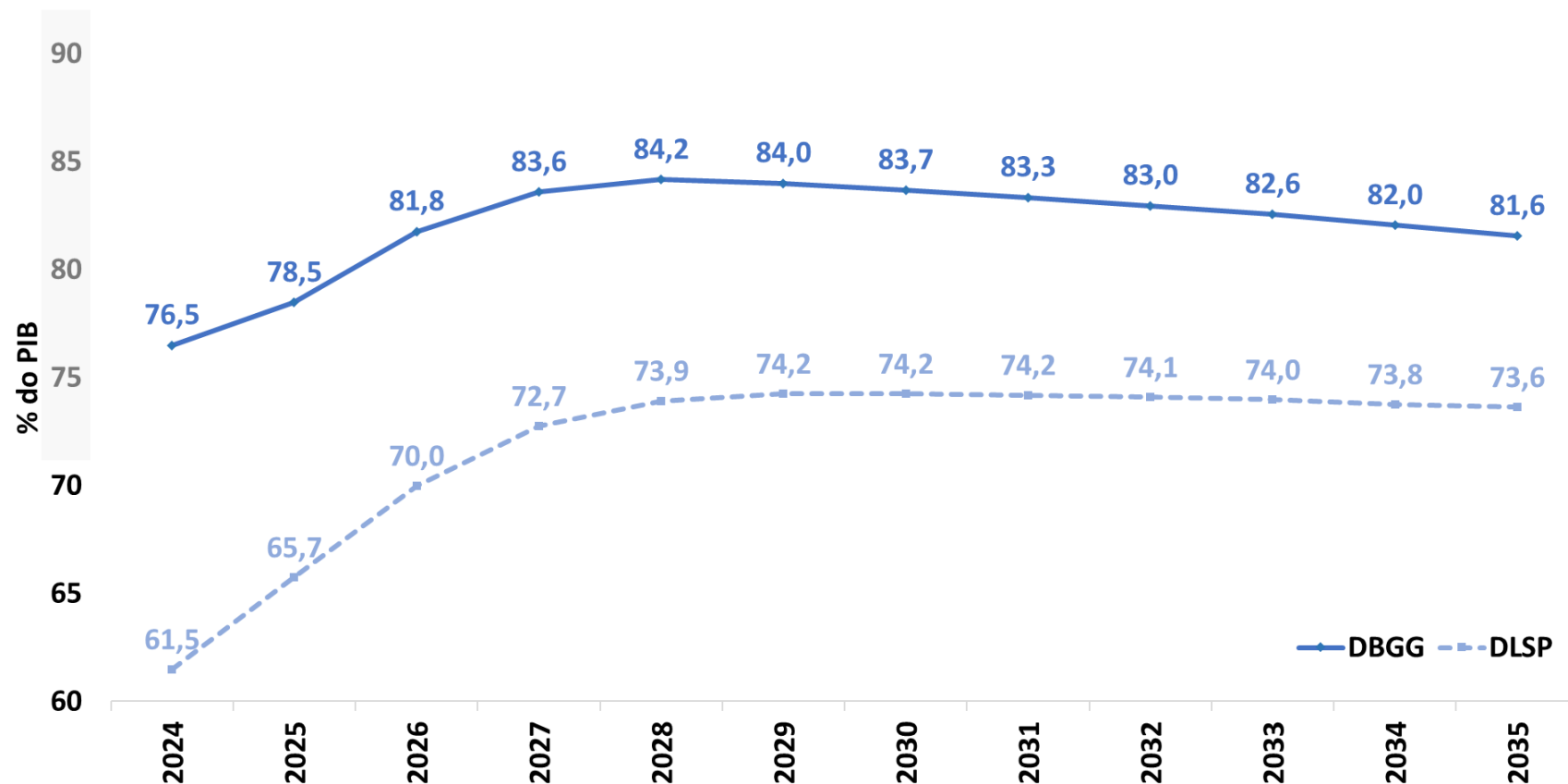
R\$ bilhões



Trajetória da Dívida Pública

PLDO 2026 mostrou que a estabilização da dívida pública ocorre a partir de 2028

Compromisso com o arcabouço fiscal e cumprimento das metas de resultado primário



Pacote de Revisão de Gastos

O impacto do pacote fiscal aprovado em 2024 foi de **R\$ 69,8 bilhões para o biênio 2025 e 2026**

Ato	Item	Pacote Original	Pacote Final	Observações
LCP 210	Emendas	14,4	14,4	
PL 4614	Salário-mínimo	12,0	15,3	Reestimado em função de novo número para o crescimento do PIB 2023
PEC 45	Fundeb	10,3	10,3	
PEC 45	DRU	7,4	7,4	
PL 4614	Biometria	5,0	4,0	Redução em função de exceções para difícil acesso
PL 4614	Bolsa Família	5,0	4,0	Redução em função de exceções para difícil acesso
PL 4614	BPC	4,0	2,0	Redução em função de exceções para difícil acesso
PEC 45	Subsídios/Proagro	3,7	3,7	
MP 1274	Aldir Blanc	3,0	3,0	
PL 4614	FCDF	2,3	0,0	Redução em função de retirada da medida do PL 4614
PL 4920	Previdência Militares	2,0	2,0	
n/a (MGI)	Concursos	2,0	2,0	
PEC 45	Abono	0,8	1,7	Reestimado em função de novo número para o crescimento do PIB 2023
PEC 45	Super-salários	0,0	0,0	
Total (bilhões)		71,9	69,8	

Pacote de Revisão de Gastos

Propostas alteradas/rejeitadas pelo Congresso Nacional

Despesas									R\$ bilhões
Item	Objetivo	Proposição	Proposta Executivo			Aprovado Congresso			LOA 2025
			2025	2026	Total	2025	2026	Total	
FCDF	Alterar a regra de correção do Fundo	PL 4614/2014	0,8	1,5	2,3	-	-	-	24,8
BPC	Estabelecer regras mais rígidas (cadastro, renda, categoria deficiência)	PL 4614/2014	6,5	7,5	14,0	4,5	5,5	10,0	118,8
Bolsa Família									159,5
Supersalários	Exigir lei complementar para estabelecer as parcelas de caráter indenizatório	PEC 45/2024	-	-	-	-	-	-	-
Fundeb	Repassar até 20% da complementação para matrículas em tempo integral	PEC 45/2024	9,6	11,0	20,6	4,8	-	4,8	57,0

FCDF: Não foi aprovado. Câmara dos Deputados já havia tentado alterar a regra de correção na tramitação do Novo Arcabouço Fiscal

BPC/Bolsa Família: O critério renda não foi aprovado e teve acordo para veto no dispositivo sobre deficiência

Supersalários: CN aprovou a exigência de lei ordinária (EC 135/2024). Estudo da Centro de Liderança Pública (CLP) estima que redução dos supersalários no setor público pode gerar uma economia de R\$ 5 bi/ano

Fundeb: CN limitou em 10% e apenas para 2025 (EC 135/2024). A partir de 2026, estados/DF/municípios repassarão 4% do Fundeb para tal finalidade

Complementação ao Fundeb

A complementação da União ao Fundeb aumentou progressivamente de 10% para 23% de 2021 a 2026 de R\$ 16,5 bilhões em 2020 para R\$ 83,6 bilhões em 2029 (▲ 408%)

